

ENTRE A DESISTÊNCIA E A RESISTÊNCIA: O LUGAR DO TRABALHO PARA JOVENS EGRESSOS DO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Mariléia Maria da **Silva** – UDESC

Luana Maria Silva **Adão** – PMF

Agência Financiadora: UDESC

Introdução

Desde as últimas décadas do século XX, vivemos a configuração de um padrão de acumulação capitalista marcado pela flexibilidade, para atender às novas necessidades do capital. Isso se explica pelo esgotamento do modelo taylorista-fordista, que se caracterizava pela presença do proletariado industrial, fabril, especializado, manual, com contrato de trabalho formal e grande chance de estabilidade. Com o novo regime, esse perfil de trabalhador vem sendo substituído por formas mais desregulamentadas de trabalho, dentre as quais: a terceirização, o tempo parcial e, sobretudo, a informalidade (ALVES; ANTUNES, 2004).

Partindo dessa perspectiva, consideramos que os jovens formam um dos segmentos de trabalhadores mais atingidos por esse novo padrão. Podemos dizer que eles estão experimentando o processo de destruição daquilo que serviu como referência na construção de uma identidade de trabalhador, ou seja, o emprego formal, a possibilidade de carreira e outros atributos próprios à lógica taylorista-fordista.

Os jovens continuam sendo preparados para se tornarem trabalhadores assalariados, no entanto, sem haver possibilidades concretas de empregos para todos, menos ainda nas condições de outrora. Tal constatação, aparentemente, poderia significar a decrescente importância do trabalho como dimensão estruturante da vida dos jovens.

Isso exposto, o presente estudo tem como propósito refletir sobre o lugar do trabalho para os jovens considerados em “situação de risco e vulnerabilidade social”. Primeiramente, faremos uma breve menção às considerações metodológicas e ao perfil dos jovens pesquisados. Em seguida, a partir das entrevistas, analisaremos a situação profissional desses jovens e sua relação com o trabalho.

Considerações metodológicas e perfil dos jovens pesquisados

As reflexões aqui desenvolvidas são resultantes de uma pesquisa¹ realizada com jovens entre 19 e 35 anos de idade, participantes e egressos do Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis.

O Consórcio Social da Juventude, destinado originalmente a atender os jovens de 15 a 24 anos, constituiu uma das ações do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), tendo como objetivo promover

A criação de mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens em situação de vulnerabilidade e de risco social, por meio da mobilização e da articulação dos esforços da sociedade civil organizada e mais ainda:

Criar oportunidades de ocupação para jovens, incluindo o auto-emprego e o serviço voluntário.

Melhorar a qualificação da força de trabalho de jovens².

Foram entrevistados 11 jovens, dos quais três homens e oito mulheres. O contato foi realizado a partir de informações coletadas com monitores e outros profissionais da entidade executora, que nos facilitaram o acesso a alguns egressos e, a partir desses, outras indicações foram feitas. Aplicamos, na primeira etapa, um questionário estruturado abordando questões objetivas. Posteriormente, as entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade de horário e local do depoente.

Adotamos o modelo da entrevista compreensiva, no qual o depoente é convidado a “contar-se”. Conforme Piedade (1998) quando alguém “conta-se”, o faz em uma determinada circunstância e a alguém em concreto. Esse modelo de entrevista nos possibilita abordar, de forma privilegiada, o universo subjetivo do “ator”, as representações e os significados que atribui ao mundo, sem considerá-los como simples expressão de uma individualidade, mas como um processo que resulta de uma intersubjectividade.

O lugar do trabalho na vida dos jovens

¹Esta pesquisa teve início em agosto de 2008, com término previsto para julho de 2010.

² http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem_cons_apresentacao.asp. Acessado em 24 de março de 2010.

As entrevistas transcorreram tendo como fio condutor o trabalho. Esse tomado quer na sua acepção restrita, relacionada ao cargo e vínculo empregatício, quanto em sua dimensão mais ampla, compreendido como atividade fundante do ser social e, portanto, considerado como categoria analítica chave para a compreensão das relações sociais. Assim, apoiando-nos em Marx, entendemos que:

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, afim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1988, p.142).

Pela análise do perfil dos jovens entrevistados, constatamos tratar-se de trabalhadores, cujas experiências profissionais disputam espaço com o ensino formal. Em outras palavras, apenas três deles conseguiram concluir o ensino médio, mas labutam pela sobrevivência desde muito cedo, e das mais diversas formas, sempre marcadas pela precariedade. Suas experiências de trabalho iniciaram-se entre sete e 16 anos.

A responsabilidade como trabalhadores se impõe tanto pelas necessidades materiais visíveis, quanto pela condição de genitores que se apresenta precocemente. Dos 11 entrevistados, apenas dois não tinham filhos. Situação agravada quando cotejada com a baixa renda individual, e mesmo familiar.

Sobre o trabalho atual, apenas duas jovens disseram não trabalhar no momento da entrevista – embora ambas estivessem procurando emprego. A primeira, por estar grávida e ter “concluído” que “ninguém dá emprego pra grávida”. A segunda, por ter muitos filhos e não conseguir um “emprego de meio período” que permitisse ser conciliado com a rotina doméstica. Essa vive de doações e com o “bolsa família”. Os demais trabalhavam e, dentre esses, três desempenhavam atividades em forma de uma cooperativa, correspondente ao curso realizado durante o consórcio.

A maior parte desenvolveu/desenvolve atividades com exigência mínima de conhecimentos. Em sua maioria, os trabalhos desempenhados pelos jovens ligam-se aos setores de serviços: vendedora de jornais, secretária, atendente, serviços de limpeza, construção civil, informática, carregamento de carrinho de supermercado, estágio,

monitoria etc. Trata-se de empregos que oferecem pouca ou nenhuma estabilidade, e, em muitas situações, são desenvolvidos em condições precárias e em troca de salários degradantes.

Consideramos que o trabalho para esses jovens pode ser analisado a partir de duas perspectivas que se encerram pela contraposição e ambiguidade. De um lado, “a desistência do trabalho”, expressão do sentimento de impotência diante das adversidades as quais são diuturnamente submetidos. De outro, “a resistência no trabalho”, tido como lugar de aprendizagem, de realização e crescimento pessoal.

Em outros termos, os jovens tendem a negar, a desistir do “trabalho abstrato” com todas as agruras já reservadas a eles, mas não negam o ato laboral como constituinte do ser social. Assim, a resistência está exatamente em querer, pelo trabalho e no trabalho, aquilo que lhes dá sentido a vida.

Os depoimentos a seguir são emblemáticos nesses aspectos:

O forçado é ter que fazer o que eles querem, é cansativo, muitas horas de trabalho, eles te pagam por uma função, mas eles te colocam em várias funções que não tem nada a ver, mas tu tens que fazer, senão tu perde o emprego, [...] . É muito pesado, muito cansativo, muito cliente, vai até de madrugada, às vezes não tinha ônibus, tinha que dormir em qualquer lugar, ir a pé pra casa sozinha. (Maria³, 19 anos).

Tem que ver se eu vou me adaptar né,? Se é uma coisa que eu vou gostar. Se eu vejo que eu vou querer ir pra frente, né.? Não vejo nem tanto pelo salário né,? mais é o ambiente. (Bruna, 21 anos)

Ah!... gostaria de crescer ... Crescer.... (Maria, 19 anos).

Eu passei por muita coisa na vida ... então assim.. eu tava ali.. eu queria aprender... e queria aprender... até porque meu pai fazia umas coisas ... ele era eletricitista, aí eu falei ah!.. o negócio é o seguinte: se for pra mim ficar aí como servente, não adianta cara”. Aí o cara me despediu! Acredita? O cara me mandou embora (João, 22 anos)

É nesse contexto que a tese de Offe (1989) ganhou grande notoriedade ao defender que o trabalho perde sua importância como elemento central para análise da sociedade e, portanto, como categoria analítica para explicar as transformações sociais na atualidade. Segundo o autor, o trabalho não mais contém a qualidade subjetiva como centro organizador da vida humana.

Os críticos a essa perspectiva, dentre os quais destacamos Antunes (2000) e Frigotto (1996), reafirmam a dimensão ontológica do trabalho como definidor da

³ Para preservar a identidade dos depoentes optamos por utilizar nomes fictícios.

existência humana. Para Frigotto, ao distanciar-se da dimensão histórica e ontológica do trabalho, e do trabalho enquanto valor de uso, Offe dá ênfase ao trabalho apenas na sua forma mercadoria, cuja consequência é a não compreensão, a partir da abordagem marxiana, de que pelo trabalho o homem se contrapõe e se afirma como sujeito.

Considerações finais

Na perspectiva marxista, é no intercâmbio entre homem e natureza que a produção e reprodução da vida se processam. O trabalho é o fenômeno originário da formação do homem enquanto ser capaz de viver, criar e recriar sua existência, porque opera conjuntamente pela transformação da natureza, pelo trabalho e pela aquisição de conhecimento.

No entanto, sob o modo de produção capitalista, o trabalho termina implicando na expropriação dos trabalhadores autônomos de seus meios de produção, na concentração desses meios nas mãos de poucos proprietários, e na divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Convém reiterar que, no capitalismo, o sentido ontológico de formação humana e fonte de conhecimento (trabalho concreto) torna-se fonte de exploração e alienação do homem, ou seja, um trabalho abstrato que impede o homem reconhecer-se no seu trabalho e desenvolver suas capacidades criadoras.

O fato de hoje vivermos sob a predominância de um novo padrão de acumulação capitalista fundamentado em bases mais flexíveis, em contraposição à rigidez do modelo taylorista-fordista (HARVEY, 1994), não implica no esfacelamento do sistema sociometabólico do capital (MÉSZAROS, 2002). Bem como não está em questão o trabalho em sua dimensão ontológica e, portanto, como categoria analítica central para a compreensão da sociedade.

Isso posto, queremos afirmar que as condições de trabalho para os jovens, marcadas por percursos profissionais precários e provisórios, diferentemente de suscitarem um movimento de perda da significação do âmbito do trabalho, apontam para a configuração do trabalho como o verdadeiro lugar da aprendizagem e da busca pelo sentido da vida.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351. Maio/ago. 2004.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

LALANDA, P.; Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, v. XXXIII, p. 871-883, 1998.

MARX, K. Processo de Trabalho e processo de Valorização. In: _____. *O Capital: crítica da Economia política*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, v. I. cap. V, 1988 (Col. Os Economistas).

MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002. 1104 p.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.